



Comissão Europeia

Apoio às reformas em

PORTUGAL

DG REFORM

Fevereiro de 2021

Desde 2017, a Comissão Europeia tem contribuído com conhecimentos especializados no apoio à conceção de mais de 1000 projetos de reforma em 27 Estados-Membros no âmbito do Programa de Apoio às Reformas Estruturais. A partir de 2021, o Instrumento de Assistência Técnica (TSI), seu sucessor, continua a apoiar as reformas, colocando a ênfase na dupla transição ecológica e digital. O TSI pode igualmente apoiar a preparação e a execução dos Planos de Recuperação e Resiliência dos Estados-Membros.

16

PROJETOS

NOVOS PROJETOS AO ABRIGO DO TSI 2021

No primeiro ciclo do TSI, a Comissão apoiará Portugal com 16 projetos nos domínios da supervisão orçamental, políticas orçamentais e fiscais, tributação ecológica, contabilidade e gestão financeira, cidades inteligentes, digitalização do sistema judicial, melhoria da regulamentação, gestão dos incêndios florestais, ambiente, investimento, supervisão dos seguros, mercados de capitais, educação financeira digital, luta contra o branqueamento de capitais e contra o financiamento do terrorismo.

Exemplos de novos projetos adotados incluem:

→ Twitter: @EU_reforms #TSI



Promover a eficácia e a eficiência dos tribunais administrativos e fiscais



Apoiar a implementação de cidades inteligentes a nível regional e local



Proporcionar uma melhor compreensão dos obstáculos regulamentares que entravam o investimento



Ajudar a tornar operacional o plano nacional de gestão integrada dos incêndios florestais



Desenvolver uma metodologia baseada nos riscos para a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo



31

PROJETOS

PROJETOS DE REFORMA CONCLUÍDOS E EM CURSO

Portugal tem beneficiado de 31 projetos financiados ao abrigo do predecessor do TSI, o Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE). Este apoio abrangeu uma vasta panóplia de domínios de intervenção, incluindo as receitas fiscais e a gestão das finanças públicas, administração pública, justiça, melhoria da regulamentação, abastecimento de água e saneamento, economia circular, educação, integração dos migrantes, mercados de capitais, insolvência e literacia financeira. Até à data, nove projetos foram concluídos com êxito. Exemplos de projetos de reforma bem-sucedidos são os seguintes:



➔ Aplicação de uma lei-quadro orçamental

A Comissão Europeia apoiou Portugal na aplicação da lei-quadro orçamental de gestão de tesouraria, controlo dos compromissos e cobrança de receitas não fiscais. O programa facultou conhecimentos especializados para ajudar a definir e aplicar processos e metodologias adequados, tendo em conta as boas práticas e os ensinamentos recolhidos de outros países em situações semelhantes. Espera-se que o projeto resulte numa gestão mais eficaz da tesouraria e numa melhor contabilidade e cobrança de receitas não fiscais. Está a ser prestado apoio adicional para ajudar a desenvolver a orçamentação a médio prazo e baseada no desempenho, e apoiar a gestão das finanças públicas e a reforma contabilística na Madeira.

➔ Melhorar as avaliações de impacto para legislar melhor

A Comissão Europeia apoiou os esforços de Portugal para melhorar o processo de elaboração da legislação, através do reforço do sistema de avaliação do impacto regulamentar. O programa forneceu conhecimentos especializados que conduziram à apresentação de recomendações pormenorizadas para a melhoria do sistema, juntamente com formação específica para a alcançar. Em resultado deste processo foi adotada nova legislação que melhora a qualidade da legislação. A título de exemplo, as novas regras obrigam à realização de avaliações de impacto e procuram reforçar o apoio às medidas através de uma maior participação das partes interessadas.

➔ Desenvolvimento dos mercados de capitais nacionais

A Comissão Europeia apoiou Portugal no desenvolvimento do seu mercado de capitais. O programa forneceu conhecimentos especializados para ajudar as autoridades portuguesas a identificar entraves no acesso ao financiamento. Graças a este projeto, Portugal está mais bem preparado para eliminar várias barreiras. Estas medidas irão reforçar a capacidade de angariação de financiamento não bancário das empresas portuguesas de forma a poderem aumentar o seu potencial de crescimento e a sua resiliência.

